



Maria Abadia: texto deve ser sintético

Abadia critica salário mínimo e Constituinte

Com o atual salário mínimo, de Cz\$ 1.969,92, não se faz democracia, afirmou ontem a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF), aproveitando a discussão do projeto de Constituição no plenário da Constituinte para defender um "urgente entendimento entre os setores produtivos e as necessidades e aspirações dos trabalhadores".

A deputada criticou o projeto constitucional, sugerindo um texto mais sintético e claro, "numa linguagem de simples entendimento", que seja "uma carta de princípios, de direitos". Condenou, ainda, a presença da "figura tutelar do Estado, que tudo pode e tudo resolve", já presente nas constituições passadas.

Segundo Maria de Lourdes Abadia, as leis complementares devem ser promulgadas junto com a nova Constituição brasileira, para evitar o que ocorre com o direito de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, assegurado desde a Carta de 46 e jamais cumprido. Do contrário, argumentou, "Poder-se-ia chamar isto de boas intenções — jamais

de compromisso com o trabalhador".

Preocupada com o aspecto social do Projeto de Constituição, a deputada defendeu a universalidade do atendimento aos trabalhadores urbanos e rurais com base da seguridade social; se posicionou contra o controle da natalidade, pelo direito às famílias de determinar o número de filhos; ressaltou a importância do fortalecimento da empresa nacional, da liberdade de imprensa e da instituição de punições à discriminação — aos negros, mulheres, deficientes, excepcionais e minorias de modo geral.

Lembrando Maria de Lourdes que "não se elimina pobreza por meio de decreto e nem tão pouco por meio de discurso", sendo urgente a definição de uma política social para minimizar e/ou erradicar a miséria absoluta no Brasil, país que passou à posição de 8ª economia do mundo, mas 52º em qualidade de vida. Como primeiro passo apontou "a conquista de um salário justo para os trabalhadores viverem com dignidade".

Congresso viu ontem pauta de Figueiredo

Cinco minutos. Esta foi a duração da sessão extraordinária do Congresso Nacional convocada para ontem de manhã, com a finalidade de serem lidas cinco mensagens presidenciais. Aberta às 10h05 pelo senador José Ignacio Ferreira (PMDB/ES), a sessão terminou exatamente às 10h10, após serem designados os relatores de cada uma das mensagens.

Embora o presidente da sessão tivesse anunciado a presença de 38 senadores e de 36 deputados na Casa, menos de 20 parlamentares se encontravam no plenário da Câmara, onde se realizou a sessão. Para a próxima sexta-feira uma nova extraordinária foi convocada e, a julgar pela pauta prevista — leitura de cinco outras mensagens — a duração será a mesma da sessão de ontem.

A realização dessas sessões é, na verdade, o cumprimento de uma formalidade. Existem diversas mensagens presidenciais que precisam entrar em pauta para que fique caracterizado ou não o decurso de prazo. Na sessão de hoje, por exemplo, as cinco mensagens lidas foram enviadas pelo presidente João Figueiredo, no dia 23 de janeiro de 1985, submetendo ao Congresso textos de decretos-leis por ele assinados. Entre essas mensagens uma é especialmente curiosa: a que pede prorrogação até o dia 31 de dezembro de 1985 da isenção do imposto único sobre minerais para as partidas de sal marinho para o exterior. O Congresso analisa o decreto quase dois anos após o vencimento do prazo de prorrogação por ele determinado.

Sarney dará entrevista sexta-feira

O presidente José Sarney concederá, sexta-feira, entrevista à imprensa. E a segunda vez que o chefe do Governo reúne a imprensa credenciada no Palácio do Planalto este ano para responder a perguntas e exposições (a última vez foi no dia 18 de junho quando Sarney respondeu a 15 perguntas).

A entrevista do dia 7 será no mesmo local: auditório do anexo do Palácio do Planalto e a duração prevista será também de 30 minutos, como a anterior. Admite-se que possa haver uma prorrogação de mais de 15 minutos, totalizando o mesmo tempo da primeira coletiva.

O porta-voz da Presidência Frota Neto, disse que esse tempo deverá permitir que Sarney responda a 15 perguntas, sobre qualquer tema. A chamada dos jornalistas para se dirigirem ao chefe do Governo será feita, desta vez, pelo presidente do Comitê de Imprensa, Bartolomeu Rodrigues.

A próxima entrevista do Presidente deverá ocorrer no final de setembro, de acordo com Frota Neto.

Requião pode ficar sem 6 vereadores

Da Sucursal

Curitiba — O conselho de ética do Diretório do PMDB no Paraná aprovou ontem um pedido de expulsão do partido de seis vereadores de Curitiba, acusados por colegas de bancada de votarem sistematicamente contra os projetos enviados à Câmara Municipal pelo prefeito Roberto Requião e de se aliarem à oposição para eleger o vereador Horácio Rodrigues, do PL, como presidente da Câmara.

O presidente do Diretório Regional do partido, deputado Maurício Fruct, tom agora 30 dias para convocar uma reunião do Diretório que examinará o parecer do Conselho de Ética.

Se o parecer for mantido, com a consequente expulsão dos vereadores, o prefeito Roberto Requião perde formalmente a maioria na Câmara — de fato, Requião já a perdeu há cerca de um ano, com a indisciplina dos vereadores Tito Zeglin, Jorge Bernardi, Edson Muhlmann, Ivan Ribas, Mauro Moraes e Lauro de Carvalho Chaves.

Na eleição de 1982, o PMDB foi amplamente majoritário, elegendo 22 dos 33 vereadores de Curitiba. No ano passado, cinco deles passaram-se para o PL, atualmente a segunda maior bancada, com 11 vereadores. Essas posições podem agora se inverter: se forem realmente expulsos, os seis vereadores do PMDB ameaçam ingressar no PL.

PDT expulsa Saturnino e Jó Resende

Rio — Numa decisão que tem puramente efeito moral — na medida em que o prefeito Saturnino Braga e o vice Jó Resende legalmente já tinham pedido desligamento do PDT inclusive junto ao TRE — o Diretório Regional deste partido resolveu expulsar as duas lideranças dos seus quadros.

A reunião — que teve a participação por alguns horas do ex-governador Leonel Brizola — também decidiu recomendar a todos os secretários municipais ligados ao PDT que se demitam dos cargos, uma vez que o partido desenvolverá a partir de agora uma rigorosa política de oposição à administração de Saturnino Braga.

Formado bloco antiesquerda

Compromisso é defender livre iniciativa e não o Governo

Os líderes do PFL, PDS e PTB na Câmara, deputados José Lourenço (BA), Amaral Netto (RJ) e Gastone Righi (PTB), respectivamente, fundaram ontem, pela manhã, o Grupo Antiesquerda. O movimento não tem qualquer compromisso político com o presidente Sarney e seu objetivo é aprovar uma Constituição favorável à livre iniciativa.

Para demonstrar a inexistência de qualquer vinculação política com o Governo, o PDS exigiu que o líder Carlos Sant'Anna (BA) seja o último a assinar a lista do PMDB, que está sendo coordenada pelo deputado Cardoso Alves (SP). O líder do PMDB, na Câmara deputado Luiz Henrique (SC), não será procurado porque o consideram muito progressista.

O manifesto do GAE — "com e no final", advertiu Amaral Netto — tem a seguinte redação:

"Os constituintes infra-assinados solidarizam-se na determinação de dotar o País de uma Carta Constitucional que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa como força propulsora da economia e na justiça social como fundamento de uma vida digna e pacífica para todo o povo brasileiro."

Lourenço, Amaral e Gastone não discutiram, no encontro de ontem, nenhum tema específico. Limitaram-se a criticar a ação das esquerdas, "que se dizem progressistas mas são retrógradas", observou Amaral. O líder do PFL está convencido de que as esquerdas fazem muito barulho, porém, não atingem a 150 votos.

A coleta de assinaturas mostrará, de acordo com os líderes, que o GAE conta com cerca de 70 por cento da Constituinte. No PDS, por exemplo, Amaral Netto acredita que somente as deputadas Wilma Maia (RN) e Miriam Portella (PI) não assinarão o documento.

Batizado também de Vanguarda e anunciado como o "o bloco" da Constituinte, o grupo suprapartidário que pretende ser maioria em plenário ainda não conseguiu viabilizar o seu ponto vital: colher as assinaturas de 280 constituintes. Tanto assim que preferiu adiar o encontro marcado para hoje à noite no Clube do Congresso, temendo que a imprensa registrasse uma baixa frequência e começasse a anunciar seu fracasso.

FUSÃO

Mas não é só esse o grupo que vem se reunindo dentro do Congresso para estabelecer normas de atuação na Constituinte. Ao todo são cinco blocos distintos, mas

que à exceção do de esquerda, conhecido como MUP — Movimento Unidade Progressista — os demais devem se fundir, abocanhando parte dos outros, sempre levando em conta a tendência ideológica dos participantes.

O deputado Roberto Cardoso Alves, que lidera o bloco de centro, mas cuja marca pessoal como homem de direita tem inibido a participação de alguns políticos no grupo, alegou ontem a necessidade de evitar coincidência com as sessões da Constituinte para transferir a reunião do Clube do Congresso. Mas o deputado Amaral Netto explicou que a falta das assinaturas motivou a decisão.

No Centro Democrático, que manteve a reunião de hoje à noite na casa do deputado Marcos Lima para avaliar sua atuação até agora na Constituinte, também se dividiu, com pequenos grupos demonstrando vontade de namorar com o bloco de Cardoso Alves.

Ontem, o deputado Borges da Silveira, um dos líderes do Centro, revelou que é nitida a subdivisão do seu grupo, estimado entre 90 a 100 integrantes que demonstram interesse em participar do bloco, que já encantou o Líder Carlos Sant'Anna. Mas, por precaução, Sant'Anna não assumiu nenhum encargo maior, limitando-se a apoiar a iniciativa porque reconhece a resistência a seu nome na Constituinte.

O PTB quase na sua totalidade assinou o documento, ficando de fora apenas Arnaldo Faria de Sá (SP) apontado como o "xiita da bancada". No PL, o líder Adolfo de Oliveira disse que não está colhendo assinaturas porque, como partido, a legenda não vai aderir ao bloco. Mas os liberais poderão participar sem qualquer restrição da cúpula, à exceção dele, que quer ficar livre de compromissos.

No PDS, o líder Amaral Netto não esconde seu entusiasmo com o bloco e diz que as assinaturas estão sendo colhidas em todos os partidos que não são de esquerda. Ele está certo de que no PFL mais de 110 assinarão, e tem como aliado no convencimento dos pedessistas o deputado Cunha Bueno, que também vem articulando apoio em outras legendas.

A dúvida agora, segundo todos os líderes partidários, é sobre o número de assinaturas que o deputado Roberto Cardoso Alves conquistará dentro do PMDB. Isso fica claro quando Gastone Righi, do PTB, diz que só vai à reunião do bloco quando estiver garantido que ele é a maioria em plenário e poderá votar de acordo com seus interesses a nova Carta.

NELSON JUNIOR



Carvalho, Pompeu e Sigmaringa estiveram na redação do CORREIO ontem

DF colhe assinaturas à emenda das diretas

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), estará presente hoje, às 18h30, no auditório da OAB/DF, na 516 Norte, ao ato de lançamento da campanha para a coleta de assinaturas no DF à emenda de sua autoria propondo eleições diretas para a presidência em 88. O movimento é suprapartidário e conta com o apoio do PCB, PC do B, PDT, PMDB, PSB e PT.

A expectativa dos organizadores é que cerca de 800 pessoas compareçam à solenidade. "A ideia não é fazer um comício" — justificou o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) — "é simplesmente um ato público de lançamento da coleta de assinaturas se estenderá até campanha". A próxima quarta-feira, dia

treze, daqui a oito dias, quando termina o prazo para o encaminhamento de emendas populares à Comissão de Sistematização. O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) que vem organizando a campanha por solicitação de Mário Covas, apelou aos sindicatos e às associações de moradores do DF, para que prestigem o ato público e busquem cópias da emenda para que possam angariar as assinaturas dos brasileiros.

Cada uma das cópias tem espaço para a inscrição de dez eleitores. Esses dez espaços têm de ser preenchidos com o nome, endereço, número e dados do título de eleitor de cada um dos que decidirem apoiar a emenda, que deverá obrigatoriamente subscrever a proposta.

Além de Covas, Pompeu e Sigmaringa, também confirmaram presença no ato, os deputados Augusto Carvalho (PCB-DF), Cristina Tavares (PMDB-PE), Nelton Friederich (PMDB-RS), Geraldo Campos (PMDB-DF), e o senador pedetista Maurício Corrêa (DF). Sigmaringa informou que pretende aproveitar as manhãs e noites para auxiliar na coleta de assinaturas, pois à tarde tem de estar no plenário da Constituinte. Já o deputado Augusto Carvalho, informou que os comunistas irão montar a partir de amanhã, uma banquinha na estação Rodoviária, para obter apoimentos às propostas das Diretas-88, e também as que versam sobre reforma agrária e direitos do trabalhador.

Collor avisa que vai a comício

O governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, comunicou ontem, ao presidente de seu partido, Ulysses Guimarães, que a partir da próxima sexta-feira, no comício de Caruaru, estará participando oficialmente da campanha pelas diretas já. "questionando um desejo pessoal do presidente José Sarney de governar cinco anos".

O governador Fernando Collor, o único a se engajar oficialmente na campanha pelas diretas no ano que vem, teve ontem, uma longa conversa com o deputado Ulysses Guimarães, a quem comunicou a sua posição em relação ao mandato e ao sistema de governo — ele é presidencialista, chamando a atenção do presidente do PMDB para

o fato de que o partido não decidira sobre nenhuma das questões, deixando cada um de seus membros livre para optar de acordo com sua consciência.

Ulysses concordou com Fernando Collor, mas ponderou ao governador de Alagoas que a campanha das diretas, agora, poderá prejudicar o ordenamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que, a seu ver, é o fato mais importante, no momento.

Fernando Collor, falou também a Ulysses sobre o conceito que, de acordo com suas observações, o PMDB desfruta perante a opinião pública. "Não é bom, esse conceito". Ele observou que o partido deixou a posição de vanguarda nas mãos de outras legendas partidárias, des-

cumprindo até o seu próprio programa.

Lembrando, a respeito, frase do ministro Bresser Pereira, de que ao assumir o governo um partido deve mesmo mudar o seu programa, e ouviu do deputado Ulysses Guimarães que o PMDB precisa fazer uma opção: se é oposição, ou governo.

Sua decisão de participar dos comícios pelas diretas, Fernando Collor diz que "não significa nenhum rompimento, nem com o partido, nem com o Governo, pelo menos de minha parte". E afirma não temer qualquer revanchismo por parte do Palácio do Planalto, até porque "o presidente José Sarney possui espírito democrático, e sabe que a unanimidade é burra".

Prisco e Lobão não fazem substitutivo

Os deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Edison Lobão (PFL-MA) negaram ontem que estejam apresentando à Constituinte um substitutivo ao projeto de Constituição com 180 emendas preparadas pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e pelo ministro da Justiça, ex-senador Paulo Brossard. Lobão confirmou que está apresentando todo um capítulo do Poder Judiciário, de cuja elaboração participaram aquelas duas autoridades.

O deputado Prisco Viana atribuiu o noticiário a respeito publicado ontem ao interesse de queimar

qualquer iniciativa positiva". De sua parte, está contribuindo para que a maioria da Constituinte encontre um caminho consensual a respeito da estrutura fundamental da nova Constituição participando de grupo moderado que promove negociações sobre os pontos cruciais da futura Carta.

O senador Edison Lobão disse que preparou "um espinhaço", com a ajuda de alguns amigos, para todo o capítulo do Poder Judiciário. Enviou esse trabalho ao consultor-geral da República e ao Ministro da Justiça, para receber contribuições.